

Cadernos do Observatório

#7

Narrativas da crise no jornalismo económico

José Castro Caldas e João Ramos de Almeida

março de 2016



Propriedade e Edição

Centro de Estudos Sociais - Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

www.ces.uc.pt
Colégio de S. Jerónimo
Apartado 3087
3000-995 Coimbra
Portugal

Url: www.ces.uc.pt
E-Mail: ces@ces.uc.pt

Tel: +351 239 855 570
Fax: +351 239 855 589

Autor

José Castro Caldas e João Ramos de Almeida

Narrativas da crise no jornalismo económico

José Castro Caldas e João Ramos de Almeida

Quem controla o presente, controla o passado e quem controla o passado,
controla o futuro.”

George Orwell, 1984

O termo “narrativa” irrompeu no espaço público em Portugal com uma conotação negativa, em março de 2013, quando o ex-primeiro-ministro José Sócrates em entrevista à RTP se referiu à “narrativa da direita” sobre a sua governação como “um embuste”. No entanto, uma narrativa é simplesmente “um relato falado ou escrito de acontecimentos encadeados; uma história”¹. O relato tanto pode assumir uma natureza ficcional como reclamar para si um fundamento factual. Quando se designa como “narrativa” um relato que reclama fundamento factual, não se está necessariamente a denunciar esse relato como uma fantasia ou efabulação. De qualquer modo, mesmo as narrativas que reclamam fundamento factual envolvem uma seleção de factos e uma interpretação dos factos considerados relevantes. A narrativa confere sentido aos acontecimentos experimentados, vividos. Nenhuma narrativa é neutra. O mesmo acontece com qualquer interpretação de uma narrativa, incluindo a que se apresenta nas páginas que se seguem.

Este Caderno do Observatório sobre Crises e Alternativas trata das “narrativas da crise” de jornalistas económicos em editoriais e artigos de opinião publicados na imprensa portuguesa. Baseia-se numa leitura (interpretativa) de textos publicados por seis jornalistas económicos entre janeiro de 2010 e julho de 2014.²

¹ Oxford Dictionaries, <http://www.oxforddictionaries.com/>

² O painel de jornalistas económicos selecionado com base na perceção do impacto da presença e da opinião em diversos meios de comunicação inclui: Pedro Santos Guerreiro (PSG), diretor do *Jornal de Negócios* (1997-2013), colunista da revista *Sábado* e do *Correio da Manhã*, atualmente diretor-executivo do *Expresso*; Helena Garrido (HG), diretora-adjunta (2008-2013) e atualmente diretora do *Jornal de Negócios*; Camilo Lourenço (CL), colunista do *Jornal de Negócios*; António Costa (AC), diretor do *Diário Económico* (2008-2015); João Vieira Pereira (JVP) diretor-adjunto do *Expresso* e da revista *Exame*; Nicolau Santos (NS), diretor-

Designamos os textos analisados por “narrativas da crise”, conscientes de que o termo “crise” participa de forma importante na atribuição de significado aos acontecimentos coletivamente experimentados a partir de 2008 em Portugal e no resto do mundo.

“Crise” é um termo central na narrativa. Significa “um momento ou um estado de coisas instável ou crucial que requer uma resposta decisiva e imediata”³. Implícita na noção de crise, está a perceção do momento ou do estado de coisas, não como “turbulência”, ou “desequilíbrio” temporário, passível de correção automática, mas como uma situação que requer intervenção. Existe uma base factual inequívoca para definir uma situação como “uma crise”? Ou tal definição envolve sempre um julgamento “subjetivo” que *pressupõe* a intenção de uma intervenção rápida e decisiva em determinada direção para resolver o problema? A crise é real ou construída? (Jones, 2009).

Seja como for, definir uma situação como “crise”, implica o reconhecimento da situação como inabitual, como um “estado de exceção” que pode legitimar modalidades de intervenção igualmente inabituais. Por isso, o termo “crise” é significativo. Transporta consigo um imperativo de intervenção, de ação que pode legitimar a mobilização de instrumentos ou meios de ação, não habituais.

Definir uma situação como uma crise é, já em si, dizer muito. Mas nenhuma narrativa da crise se detém na constatação do perigo da situação experimentada e da necessidade de intervenção corretiva. A narrativa diz sempre muito mais – estabelece o que “correu mal” e “o que deve ser feito” (Blyth, 2007; Jessop, 2012). Precisamente por isso, as narrativas da crise são importantes. Proporcionam a pessoas perplexas e confusas pela sequência surpreendente de acontecimentos adversos um enquadramento interpretativo que explica o que aconteceu e estabelece o que deve ser feito. Esse enquadramento condiciona o modo como todos (re)definimos, no contexto da crise e a partir do entendimento que temos dele, as nossas preferências, interesses e valores e a posição que enquanto cidadãos assumimos – de acordo,

6 / 33

adjunto do *Expresso*. Todos/as estes jornalistas foram convidados/as pela coordenadora do projeto de investigação OPENEC – A Economia e o “mundo real”: o caso do Memorando Português, em que este estudo se insere, a elaborar um comentário escrito para publicação em anexo a este Caderno, assim como a participar no seminário “As narrativas da crise e a crise das narrativas?” que teve lugar no ISCTE-IUL no dia 16 de fevereiro de 2016. Os autores deste texto e a coordenadora do projeto OPENEC agradecem a presença de Helena Garrido, João Vieira Pereira e Nicolau Santos no seminário.

³ Ver <http://www.merriam-webster.com/dictionary/crisis>

consentimento ou de rejeição – às respostas de política propostas ou adotadas.

Característica da crise é a copresença e a rivalidade no espaço público de múltiplas narrativas, cada uma refletindo interesses específicos, mas também crenças acerca do modo de funcionamento da economia e da sociedade e desejos quanto a horizontes de evolução futura.

Interesses, crenças e desejos interagem na produção de narrativas e no confronto de narrativas de uma forma complexa (Blyth, 2007). Interpretar ou criticar uma narrativa deve ser mais do que expor interesses que ela supostamente serve, já que, como defende Blyth (2007), os interesses podem eles próprios ser função de crenças e desejos, tanto quanto das “posições materiais” que os indivíduos detêm. Os interesses, particularmente em períodos de crise, podem ser indeterminados. Indivíduos confundidos pelo desenrolar de acontecimentos surpreendentes podem experimentar instabilidade quanto à forma como concebem os seus interesses. Consequentemente, os interesses não só explicam, como devem eles próprios ser explicados, e nessa explicação participam as crenças que informam as narrativas.

7 / 33

As narrativas, particularmente as narrativas económicas, nunca se assumem como ficção. Invariavelmente, evocam como fundamento observações factuais. No entanto, os factos são selecionados e interpretados à luz de pressuposições. Um *experimentum crucis* que determine definitivamente a validade ou falsidade empírica de uma narrativa económica, simplesmente não existe. “Em economia”, escreveu Keynes (*apud* Dow, 2014: 6), “não é possível *condenar* o nosso oponente por erro. Apenas podemos *convencê-lo* que está errado”.

O confronto de narrativas no espaço público não é, portanto, um exercício de razão pura ou de recolha de provas e contra provas, mesmo que por vezes se apresente como tal. É antes um exercício de persuasão em que o manuseamento competente de dispositivos retóricos pode ser determinante (Dow, 2014: 6; Shiller, 2012).

Isto não significa, no entanto, que as narrativas sejam imunes ao desenrolar dos acontecimentos, ou aos “factos”. Na realidade, acontecimentos surpreendentes podem abalar crenças prévias muito enraizadas, mesmo quando essas crenças são as de indivíduos que desempenham, ou desempenharam, papéis cruciais na produção de narrativas e na gestão política da crise, ou têm interesses muito bem definidos. Isso mesmo parece estar a acontecer neste momento

relativamente a narrativas que foram muito influentes na definição das respostas políticas à crise no Fundo Monetário Internacional (FMI), na União Europeia e nos seus Estados membros.

Consideremos uma entrevista recente de Olivier Blanchard publicada a 31 de agosto de 2015, no momento em que abandonava o seu posto de economista principal do FMI (Blanchard, 2015). Nessa entrevista, Blanchard confessava com candura que “a crise foi um acontecimento traumático ao longo do qual todos tivemos de questionar diversas crenças que muito prezávamos (*cherished beliefs*)”. Este questionamento de crenças, como se pode constatar da leitura de alguma literatura que tem vindo a ser produzida pelo *staff* e pelo Comité Executivo do FMI (por exemplo, FMI, 2013a, FMI, 2015), não parece ser completamente isento de consequências. O FMI, como explica o próprio Blanchard, está a gerir politicamente (com dificuldade) o seu processo de revisão de crenças, procurando evitar, por um lado, a “perda de credibilidade” que resultaria de “fingir que a crise não alterou a [... sua] opinião acerca do modo como a economia funciona”, e, por outro, “indicar a mudança de opiniões sem desencadear manchetes nos jornais denunciando “erros”, “incompetência do Fundo” e por aí fora.”

8 / 33

Mais recentemente ainda, um grupo de economistas, que inclui o próprio Blanchard, publicou um apelo a favor de “uma narrativa consensual da crise” CEPRE (2015)⁴. Esse apelo parte do princípio de que, pelo menos, grande parte da incapacidade da União Europeia em combater a crise do euro resulta da adesão dos decisores políticos da União a narrativas da crise muito diversas. Do seu ponto de vista, o primeiro passo a dar na direção de uma melhor estratégia de combate à crise da Eurozona (EZ) seria a formulação de uma “narrativa consensual”. Constatam estes economistas, no mesmo apelo, que independentemente das suas diferenças de posição de partida foi surpreendentemente fácil para eles chegar a essa narrativa de consenso em torno de uma ideia chave: “[A] crise da EZ não deve ser concebida como uma crise da dívida soberana na sua origem – embora tenha evoluído nessa direção... os verdadeiros culpados foram os grandes fluxos de capitais no interior da EZ ocorridos na década que precedeu a crise”.

⁴ São primeiros subscritores desse apelo Richard Baldwin, Thorsten Beck, Agnès Bénassy-Quéré, Olivier Blanchard, Giancarlo Corsetti, Paul de Grauwe, Wouter den Haan, Francesco Giavazzi, Daniel Gros, Sebnem Kalemli-Ozcan, Stefano Micossi, Elias Papaioannou, Paolo Pesenti, Christopher Pissarides, Guido Tabellini e Beatrice Weder di Mauro.

O debate subsequente veio mostrar que todas as narrativas, como todos os consensos são precários. Em novembro de 2015, Peter Bofinger (2015) – um dos cinco membros do Conselho Alemão de Peritos Económicos – criticou a “narrativa de consenso” por focar exclusivamente a situação dos países deficitários “negligenciado o papel da [“moderação salarial” na] Alemanha... e a sua contribuição para os desequilíbrios nos anos que precederam a crise”. Logo de seguida, Servass Storm (2016) veio discordar quer do consenso, quer de Bofinger por ambos “perpetuarem uma doutrina errada: a de que os custos unitários relativos são o principal determinante da competitividade internacional de um país”.⁵

O testemunho de Blanchard, a revisão de crenças do FMI e o debate em torno da busca de uma “narrativa de consenso” ilustram bem uma dimensão da crise que se está a tornar saliente nesta fase: a crise da narrativa (hegemónica) que, como escreve Strom (2016), “absolve os bancos TBTF [Too Big to Fail] de qualquer responsabilidade pela crise e em vez disso culpam as “vítimas”, acusando os perdulários países do Sul da Europa de ter permitido que o crescimento nominal dos salários fosse superior de forma persistente ao crescimento da produtividade do trabalho”.

Esta narrativa hegemónica que legitimou a abordagem focada na dívida pública e nos custos unitários do trabalho está em crise, mas está longe de ter sido definitivamente desacreditada. Não sabemos se o seu descrédito dará ou não lugar algum dia a um “consenso”, nem sabemos se tal consenso é desejável. Sabemos apenas que a procura de soluções para a crise envolve necessariamente a afirmação de novas interpretações, de novos diagnósticos da crise, e que o primeiro passo para essa afirmação é o conhecimento, o escrutínio e a caracterização do discurso sobre a crise que predominou e ainda predomina no espaço público. Esse é o propósito da investigação reportada neste Caderno.

A leitura dos textos de opinião e crónicas publicadas pelos jornalistas económicos incluídos neste estudo teve como pontos focais: a) a interpretação da crise e das suas causas específicas em Portugal; b) a justificação (ou a avaliação da necessidade) da intervenção da troika; c) a avaliação do “programa de ajustamento”, da sua execução e das suas consequências.

⁵ Flassbeck e Lapavitsas (2016) vieram a juntar-se ao debate criticando a crítica de Storm e reafirmando a sua anterior atribuição dos desequilíbrios no interior da União Monetária Europeia à moderação salarial alemã.

Dessa leitura resultou, em geral, a constatação, por um lado, de uma grande instabilidade na opinião de cada autor ao longo do tempo, e por outro, uma coordenação de preocupações, temas e pontos de vista de diversos autores em cada período temporal. As páginas que se seguem foram organizadas a partir desta dupla constatação. A primeira secção, baseada numa leitura diacrónica de cada autor, procura ilustrar e caracterizar a instabilidade das opiniões expressas ao longo do tempo (volatilidade). A segunda secção (vagas), baseada numa leitura sincrónica dos diversos autores, dá conta da coordenação de opinião. Concluimos com uma caracterização dos traços dominantes da narrativa, com uma discussão do contraste entre instabilidade e coordenação na opinião publicada e com a identificação de algumas implicações das principais conclusões.

Volatilidade

Iniciado em maio de 2011, o “programa de ajustamento” português foi precedido por três programas (designados PEC I, II e III) que concretizaram em Portugal a viragem das políticas ocorrida à escala da União Europeia no primeiro trimestre de 2010, do “estímulo orçamental” que havia sido adotado em 2008 e 2009 em resposta à crise financeira global, para políticas de “consolidação orçamental” e de “reforma estrutural”. O “programa de ajustamento” da troika correspondeu na realidade a um aprofundamento e prolongamento de um mesmo tipo de diagnóstico e de estratégia, pelo que o ano que medeia entre os segundos trimestres de 2010 e de 2011 pode ser considerado como um **prólogo** dos três anos que se lhe seguiram.

Não obstante, o “programa de ajustamento” e a sua execução a cargo de um novo governo, a partir de maio de 2011, inaugurou uma nova era. Longe de ser suave, a execução do programa foi perturbada desde o início por surpresas decorrentes quer das tensões internas entre objetivos do programa, quer de choques exógenos, quer da oposição (ou rejeição) por parte de instituições do Estado de Direito português (Tribunal Constitucional) e de amplos sectores da população. Marcas claras de perturbação causada por acontecimentos não esperados podem ser encontradas logo nos primeiros relatórios de avaliação do Fundo Monetário Internacional. Em novembro de 2011, o FMI referia já um grande “hiato orçamental”, assim como acentuados efeitos recessivos que justificavam uma revisão das projeções de crescimento

para 2012 (FMI, 2011). Mais tarde, em fevereiro e em junho, o mesmo FMI manifestava surpresa com os elevados níveis de desemprego, especialmente desemprego juvenil (FMI, 2012a, 2012b). Em julho de 2012, o Tribunal Constitucional inviabilizou cortes dos 13º e 14º meses dos trabalhadores da administração pública e dos pensionistas. Em setembro desse ano, a troika, assinalando “riscos ao cumprimento dos objetivos do programa”, revia “em alta” as metas do défice para 2012 e os anos subsequentes.

Este período de execução do “programa de ajustamento” – o período de **pressões crescentes** – culminou em 15 de setembro de 2012 com enormes mobilizações em todo o País em torno do apelo “Que se lixe a troika!”.

As consequências destas mobilizações na trajetória da execução do programa, minimizadas no momento da sua ocorrência, alastrarão muito para além da revogação da intenção, prevista no memorando, de reduzir as contribuições patronais para a segurança social à custa do incremento das contribuições dos beneficiários. O período que se lhes segue (outubro de 2012 – setembro de 2013) é caracterizado pela **turbulência**.

Em novembro de 2012, o FMI refere “a fadiga da austeridade” como um risco que impende sobre a execução do programa (FMI, 2013b). A sustentabilidade da dívida pública, segundo o mesmo relatório, não podia também ser estabelecida com probabilidade elevada. No dia 1 de janeiro, o Presidente da República afirmava em comunicação ao país: “Temos urgentemente de pôr cobro a esta espiral recessiva, em que a redução drástica da procura leva ao encerramento de empresas e ao agravamento do desemprego. ... O próprio objetivo de equilíbrio das contas públicas torna-se mais difícil de alcançar, porque a austeridade orçamental conduz à queda da produção e à obtenção de menor receita fiscal. Segue-se mais austeridade para alcançar as metas do défice público, o que leva a novas quedas da produção e assim sucessivamente.”⁶ Em abril de 2013, o Tribunal Constitucional pronunciou-se contra cortes nos subsídios de doença e de desemprego. Em maio, a troika procedia a um novo ajustamento “em alta” das metas de défice de 2013 e 2014. Em julho, o ministro das Finanças Vítor Gaspar demitia-se. Na sua carta de demissão (Gaspar, 2013), revela que tentara sair do governo em outubro de 2012 “após uma série de importantes

⁶ Mensagem de Ano Novo do Presidente da República, 1 de janeiro de 2013. Disponível em <http://www.presidencia.pt/?idc=22&idi=70860>.

acontecimentos, entre os quais me permito destacar o acórdão do Tribunal Constitucional de 5 de julho de 2012 e uma erosão significativa do apoio da opinião pública às políticas necessárias ao ajustamento orçamental e financeiro na sequência de alterações então propostas à taxa social única”. Num registo autocrítico, reconhecia que as metas de défice e dívida de 2012 e 2013 não haviam sido alcançadas em consequência de “uma queda muito substancial da procura interna e por uma alteração na sua composição que provocaram uma forte quebra das receitas tributárias”. Este reconhecimento implícito da “espiral recessiva”, referida pelo Presidente da República, era complementado por um apelo a favor de uma rápida “transição para uma nova fase do ajustamento: a fase do investimento!” Esta fase, no entanto, requeria “credibilidade e confiança”, contributos que afirmava não estar em condições de assegurar.

Vinte e quatro horas depois da demissão de Vítor Gaspar, Paulo Portas anunciava a sua renúncia. Contudo, após uma tentativa quase conseguida de trazer o Partido Socialista para o “arco da governação”, o colapso do governo foi evitado com a nomeação do resignatário Paulo Portas para o lugar de vice-primeiro-ministro.

A avaliação da troika de outubro de 2013 inaugurou o período de **descompressão** (outubro de 2013 – maio de 2014). Em outubro de 2013, a troika sublinhava a necessidade de novas medidas de consolidação orçamental (FMI, 2013d). Estas medidas viriam a ser incorporadas na proposta de Orçamento do Estado para 2014. Contudo, algumas foram declaradas inconstitucionais em dezembro e nunca substituídas por medidas com impacto equivalente. Entretanto, a troika assinalava uma “procura interna mais forte... capaz de apoiar uma recuperação da atividade e um nível de desemprego mais baixo” (FMI, 2014a: 1). Em março de 2014 (FMI, 2014b), com a aproximação do possível fim do programa, a mesma troika sublinhava, por um lado, a melhoria das perspetivas de curto prazo e, por outro, a incompletude do “ajustamento”. Em maio, o governo português, optou pela chamada “saída limpa”.

Ao longo de todo este processo, ao mesmo tempo que o discurso económico adquiria saliência no espaço mediático, os jornalistas económicos, a par de outros comentadores de economia, conquistavam uma notoriedade sem precedentes. Cabia-lhes o papel de interpretar e reinterpretar acontecimentos que para o público eram insólitos, incompreensíveis e alarmantes. Na realidade, os próprios comentadores estavam confusos por uma realidade que a cada passo questionava o que

até então eram certezas. Mas o seu papel exigia deles aprumo. Estava-lhes vedado o “eu não sou economista” com que outros recorrentemente se desculpavam. Eles eram, na sua maioria, economistas. Deviam saber. Cabia-lhes explicar.

A leitura dos textos transmite, de facto, a impressão de autores que são ao mesmo tempo espectadores perplexos e atores convictos no desempenho de um papel de quem dispõe de conhecimento privilegiado sobre o enredo. O discurso sempre muito assertivo na aparência, vacila. Não poucas vezes contradiz-se para depois mudar e voltar de novo ao ponto de partida. Algumas citações bastam para ilustrar a volatilidade que emerge da leitura diacrónica dos textos.

O mesmo autor que, em abril de 2010, no prólogo do “ajustamento”, apelava a uma intervenção do FMI em Portugal – *“Falhámos em tomar conta de nós mesmos, agora outros poderão tomar-nos a soberania económica. Talvez seja disso que precisamos”* (PSG, 20/4/2010) – escrevia passado meses: *“Chamar o FMI é uma rendição. Mas é, também, perdição. Porque os credores nunca estão interessados em salvar quem lhes deve dinheiro, mas em recuperar a dívida”* (PSG, 29/10/2010). E poucos meses depois dizia – *“Um pouco de gratidão seria melhor que a soberba. ... A troika ... trouxe... um plano estratégico para tornar a economia mais competitiva e justa”* (PSG, 4/5/2011) – e mais tarde acrescentava: *“Uma das coisas boas que estão a acontecer é a mudança rápida de hábitos dos portugueses. As marmitas, a redução do tráfego, as marcas brancas não são apenas opções de pobreza, são novos modos de vida...”* (PSG, 24/2/2012) – para concluir depois: *“Nós pensávamos que tínhamos as respostas todas. A crise desempregaria, a austeridade tributaria, as reformas incomodariam, mas no meio haveria um meio e no fim haveria um fim. Só que no fim do princípio não estava o princípio do fim e, a meio, já ninguém se entendia... É quase patético ver como os ortodoxos da austeridade dizem agora o contrário”* (PSG, 4/3/2013).

A mesma autora que escrevia: *“O melhor que poderia acontecer a Portugal era um plano à FMI imposto pela União. Em vez desta morte lenta, teríamos uma violenta, boa e rápida recessão. Para voltarmos de novo a crescer com saúde”* (HG, 22/4/2010) – e escreveu depois: *“É preciso desdramatizar um eventual pedido de apoio. Essa ajuda será muito útil e importante para o País fazer as correções que tem de fazer...”* (HG, 21/2/2011) – mais adiante constatava: *“Insistir na velocidade acelerada de redução do défice público, que a troika está a exigir, é uma sentença*

de colapso que acontecerá ainda este ano. Colapso social, político, económico e, de novo, financeiro. Nesta ordem.” (HG, 20/6/2013).

Um outro autor que, em meados de 2010, escrevia: *“O FMI já ‘entrou’ na Grécia... As medidas de austeridade foram postas em prática, o País perdeu a sua soberania, que não voltará tão cedo, vive uma situação de emergência e instabilidade social e, mesmo assim, os mercados continuam a desconfiar dos gregos. Seria este o cenário em Portugal. É isto que queremos? Seguramente, não.” (AC, 6/11/2010)* – mais tarde concluía da análise do memorando: *“Com a permanente assistência técnica do FMI e de Bruxelas, que por cá passarão os próximos anos a fiscalizar todos os atos e omissões do governo, os portugueses poderão olhar para o futuro com esperança” (AC, 4/5/2011); “É o início de um período de ajustamento económico que deverá ser doloroso e prolongado, mas que se pretende que sirva para repor a economia portuguesa nos eixos, como o remédio que se toma para curar uma doença: amargo mas necessário” (AC, 13/5/2011).* A meio do percurso, imediatamente na sequência da grande manifestação de 15 de setembro de 2012, sem nunca pôr em questão a necessidade ou inevitabilidade do “ajustamento”, o mesmo autor parecia desesperar: *“O governo perdeu o País, o País pode perder a troika, Portugal regressou a um pântano impensável ainda há pouco mais de uma semana, regressaram os piores pesadelos, e é difícil perceber como é que se vai sair daqui, deste beco sem saída. O governo perdeu o País, o risco agora é o País perder a ‘troika’”(AC, 17/9/2012).*

Um quarto autor que se veio a distinguir da maioria por uma opinião crítica à lógica do “programa de ajustamento”, encontrava-se em maio de 2010 dividido entre a consciência dos efeitos recessivos da consolidação orçamental e a sua suposta inevitabilidade: *“A doutrina dominante a nível mundial, que recomendava os apoios do Estado quando esteve em causa o sistema financeiro, deixou cair imediatamente essa orientação logo que a esmagadora maioria dos bancos ficou a salvo e entrou de novo na mais pura ortodoxia financeira, exigindo défices zero ou quase, como se não tivéssemos passado por uma crise financeira e económica profundíssima. Agora, não temos saída. Estamos fortemente acoissados e temos de reagir à bruta, cortando drasticamente na despesa primária do Estado. Como? Sugestões não faltam e nenhuma é agradável. Mas é melhor sermos nós a decidir o que queremos fazer do que passarmos pela humilhação de serem outros a dizer-nos qual o caminho a tomar”(NS, 24/4/2010).*

Contrariando os apelos à intervenção do FMI, o mesmo autor afirmava em janeiro de 2011: *"Querer que o FMI venha para arredar Sócrates do poder pode ser interessante para o partido A ou B, mas não coloca os interesses nacionais acima dos partidários"* (NS, 15/1/2011). Mais tarde, em junho do mesmo ano, com o memorando já em execução, escreveria: *"O novo governo, por muito que isso lhe custe, tem de meter na cabeça que a situação do País é tão grave que toda a energia, determinação e perseverança do Executivo têm de ser dirigidas para um único objetivo: cumprir o memorando, cumprir o memorando, cumprir o memorando. Não há nada mais importante do que essa tarefa patriótica e nacional"* (NS, 3/6/2011). No entanto, em dezembro de 2012, constatava: *"Não estamos só a empobrecer. Estamos a caminhar para uma degradação das mais elementares e básicas condições de vida"* (NS, 1/12/2012). E em maio de 2013, concluía: *"O pensamento que está por trás deste programa de ajustamento assenta na ideia de que é possível, ao mesmo tempo, reduzir rapidamente os desequilíbrios externos e internos da economia. Como qualquer aprendiz de ciência económica poderá informar os génios que gizaram este plano e os seus apoiantes nacionais, os dois objetivos são contraditórios. Os desequilíbrios externos reduzem-se rapidamente quando se estrangula a procura interna. Mas o que daí resulta é que se torna muitíssimo mais difícil colocar as contas públicas em ordem, porque a recessão associada a esta receita faz disparar o desemprego e as falências, conduzindo a uma quebra assinalável das receitas fiscais e um aumento considerável das despesas sociais"* (1/4/2013).

15 / 33

À constatação da volatilidade de opinião ao longo do tempo não está associada nenhuma intenção crítica. A volatilidade pode decorrer de um processo de descoberta, de aprendizagem. De resto, em circunstâncias como as que foram coletivamente experimentadas, a consistência pode denotar não coerência, mas antes dificuldade de assimilação de nova informação.

No conjunto de autores incluídos no painel existe, de facto, um caso excecional caracterizado pela consistência intertemporal da opinião. Nesse caso, encontramos em maio de 2010 uma prescrição clara: *"A recessão é como uma dieta que se tomou inevitável para equilibrar o organismo"* (CL, 16/5/2010). Mais tarde, em novembro do mesmo ano, deparamo-nos com um apelo à intervenção externa: *"Supostamente, somos capazes de resolver, sozinhos os nossos problemas. Não somos não. E quanto mais tempo levamos a perceber isso, pior"* (CL, 16/11/2010) – a que se segue em maio do ano seguinte uma coerente saudação à

troika: *“Três homens que não conheciam a economia portuguesa vieram a Lisboa e em três semanas fizeram o melhor programa de governo que o País conheceu em décadas.”* (CL, 6/5/2011) – e, em dezembro de 2014, uma igualmente coerente avaliação dos resultados do programa e do ajustamento: *“O nosso programa está errado? Não: a confiança de consumidores e empresários não está a voltar? A economia não voltou a crescer? O desemprego não está em queda? O investimento não está a melhorar? A economia não ficou mais competitiva (v.g. exportações)? Os juros não estão em queda?”* (CL, 9/12/2014).

Vagas

Quando os textos dos diversos autores são organizados em diversos períodos e lidos em paralelo, o que emerge da opinião dos diversos autores é uma assinalável coordenação. Podemos então falar de vagas: opiniões que convergem em torno de temas focais e que concordam na mensagem principal não obstante variações de autor para autor e do mesmo autor por vezes de um dia para o outro.

16 / 33

Prólogo (janeiro 2010 – abril 2011): culpa, inevitabilidade e sacrifício

Em 2010, a inversão do sentido das políticas na União Europeia e em Portugal, do estímulo fiscal para a consolidação orçamental, foi acompanhada por uma revisão subtil das narrativas da União Europeia e dos seus dirigentes. O que anteriormente havia sido interpretado como um episódio de turbulência financeira desencadeado por acontecimentos no sistema financeiro norte-americano e depois como uma crise financeira com impacto económico, transformou-se numa “crise da dívida soberana”. As causas da crise não residiam já, nem principalmente, nas más práticas e na desregulação da banca, mas na indisciplina orçamental dos governos dos países periféricos e no consumismo das famílias.

Lendo os jornalistas económicos portugueses neste período encontramos-os focados em três temas fundamentais: culpa, inevitabilidade e sacrifício.

Em janeiro de 2010, o tom da narrativa da culpa estava já estabelecido: *“A dívida dos Estados é, depois dos excessos das famílias, das empresas e dos bancos, a nova ameaça à estabilidade financeira”*

(HG, 5/1/2010). O Estado, antes do mais, mas também as famílias e as empresas – isto é, “nós” – haviam gastado acima das nossas possibilidades. Daqui decorriam necessariamente, consequências desagradáveis para todos: *“Quando gastamos mais do que produzimos, há sempre um momento em que alguém tem de pagar a fatura”* (CL, 5/1/2010). Quem deve pagar a fatura? Nós, evidentemente. *“Vamos ter de reduzir o nosso nível de vida. Vamos ter de cortar nos nossos consumos presentes, alinhando-os ao rendimento atual, ao que já gastámos no passado e ao pouco que vamos crescer no futuro”* (HG, 1/3/2010). Não vale a pena culpar os outros: *“Hoje não estaríamos preocupados com as agências de avaliação de risco se tivéssemos tido mais juízo a partir de 1995”* (HG, 22/3/2010); *“Uma coisa é certa: o livro de cheques alemão, que fazia de Tesouro europeu, ficou mais pequeno. E isso vai doer. A todos, mas sobretudo aos mal comportados”* (CL, 1/4/2010).

Da culpa à inevitabilidade é um pequeno passo. Como muitas vezes acontece aos perdulários, havíamos recorrido ao crédito e estávamos agora reféns dos credores. Os mercados exigiam e “nós” tínhamos de cumprir: *“Quem manda são os mercados”* (PSG, 21/1/2010); *“Falhámos em tomar conta de nós mesmos, agora outros poderão tomar-nos a soberania económica. Talvez seja disso que precisamos”* (PSG, 20/4/2010). Não há alternativa: *“Seja como for, [Portugal] não tem outra saída senão surpreender positivamente os mercados”* (CL, 5/3/2011); *“E não vale a pena gritar contra eles ou tentar controlá-los especialmente na fase em que mais precisamos deles”* (HG, 1/6/2010).

Em vez de protestar inutilmente, devemos, portanto, preparar-nos para sacrifícios: *“A crise que nos espera vai ser violenta, e ainda nem começou. Do Estado às famílias, todos vamos ter de enfrentar a realidade de sermos mais pobres do que pensávamos”* (HG, 22/9/2010). *“O sacrifício que vamos fazer é indispensável agora”*, escrevia mesmo quem pensava que *“corre o risco de ser em vão a prazo”* (NS, 15/5/2010). O sacrifício, é inevitável, mas a verdade, pensavam outros, é que, como todo o sacrifício, se for acompanhado de genuíno arrependimento, pode ser redentor: *“Esta vertigem fiscal é odiosa, mas deixou de ser evitável. Agora, que venha por bem. Que venha regenerar a economia e preparar a nova vida depois da mortandade”* (PSG, 13/5/2010).

Pressões crescentes (maio 2011 – setembro 2012): oportunidade, surpresa e fracasso.

Entre maio de 2011 e setembro de 2012, os acontecimentos desenrolam-se rapidamente. Em maio, o programa da troika é acolhido como uma oportunidade única. Mais adiante, face a surpresas desagradáveis, o tom do comentário torna-se crítico. Com o desemprego a crescer a ritmo descontrolado, com o Tribunal Constitucional a declarar inconstitucionais algumas medidas, e o governo a violar abertamente os compromissos que lhe haviam dado a vitória nas eleições, as nuvens adensam-se. No dia 15 de setembro de 2012, perto de um milhão de portugueses veio à rua em protesto contra a troika. O desastre parecia agora estar iminente. No espaço de pouco mais de um ano, o que começou por ser descrito como oportunidade, surpreendera ao ponto de se transformar num fracasso.

No princípio, os comentadores saudaram o “programa de ajustamento” como uma oportunidade de redenção que não podia ser perdida: *“Temos uma oportunidade, nunca é única nem a última, mas esta é de ouro, para reescrevermos a nossa História. Por isso, da minha parte, assumo aqui um compromisso. Já escolhi em quem vou votar no próximo dia 5 de Junho: na troika e no plano de reforma que nos permitirá ter um Estado muito diferente, outro Estado, para melhor, do que aquele que temos, mais justo, mais competitivo e criador de riqueza”* (AC, 5/5/2011); *“Esta é uma oportunidade única para mudar de era, para um regime de estabilidade nominal, com espaço para o mérito e em que a melhoria do bem-estar (e dos salários) esteja assente na competitividade... Isso é criar, enfim, um Estado moderno”* (PSG, 8/4/2011); *“... sejamos honestos: o programa é aquilo de que o País precisa para se modernizar”* (CL, 6/5/2011). Apelava-se então ao governo para que garantisse uma execução impecável do programa: *“Passos Coelho tem de garantir uma execução impecável do plano da troika... Repito: é isto ou o caos”* (PSG, 1/7/2011).

Depois foi a surpresa. A primeira foi a de um “colossal desvio” orçamental que devia ser corrigido com impostos extraordinários e não com os prometidos cortes nas “gorduras do Estado”: *“Mais uma vez a prioridade é aumentar as receitas sem se verem resultados concretos no corte da despesa. Para este tipo de política já cá tínhamos um tal José Sócrates”* (JVP, 2/7/2011). Aumentar impostos era compreensível no contexto, mas o verdadeiro ajustamento mandava cortar na despesa com coragem, e não aumentar impostos: *“Vitor Gaspar confirmou as más*

notícias, um imposto extraordinário a incidir sobre o subsídio de Natal, e adiou o anúncio das boas, as medidas concretas de corte de despesa e de emagrecimento do Estado, que libertem a economia, as empresas e os cidadãos”(AC, 15/7/2011). Quanto ao corte na despesa era preciso falar claro: “Para cortar despesa do Estado é preciso ir aos salários da Função Pública ou às pensões, é preciso ir às empresas do Estado, é preciso ir à Saúde e à Educação” (PSG, 6/9/2011); “O governo tem de rescindir contratos com pelo menos 70 mil funcionários públicos em 2012” (AC, 14/9/2011).

A segunda surpresa foi o rápido agravamento do desemprego e da recessão. A irritação da dúvida começava a transparecer nos textos. Mas a inevitabilidade sobrepunha-se a todas as perplexidades: *“As consequências da austeridade estão aí, mas não há boa austeridade, como não há uma boa maneira de dar más notícias. Um programa de empobrecimento organizado que é, eufemisticamente, apelidado de ‘plano de ajustamento’ só poderia ser recessivo. Porque é preciso ajustar o nível de vida dos portugueses ao seu nível de criação de riqueza. E, de forma mais estrutural, preparar o País para uma nova realidade, para um novo Estado social, que não vai proteger tudo e todos, mas apenas os mais necessitados e fragilizados. E para um novo Estado económico, mais competitivo e que promova o crescimento” (AC, 29/2/2012); “O aumento do desemprego, que deverá manter-se nos próximos doze meses... é consistente com o plano de ajustamento que está a ser seguido, e que, mesmo com nuances, vai ter de continuar a sê-lo, sob pena de mudarmos tudo, para tudo continuar na mesma” (AC, 17/5/2012). Ou dito de outra forma: “Há um ano quase não havia analistas que não defendessem a redução da despesa. Um ano depois ei-los cheios de dúvidas... Era de esperar. Quando se corta a direito, isto é à bruta (e a isso fomos obrigados), alguma coisa corre mal... Essas exceções têm de ser corrigidas. Mas não se pode utilizá-las como pretexto para dizer está tudo mal, vamos repensar tudo. Porque a Troika não nos dá tempo para isso e porque estaríamos a cair na armadilha dos lobbies, que querem deixar tudo como está... Há outra razão para não pararmos com os cortes e com as reformas agora. A economia já bateu no fundo. E se as mudanças não forem feitas agora, daqui por uns meses, com o PIB a recuperar, a pressão para o governo não fazer nada vai aumentar” (CL, 22/5/2012).*

A terceira surpresa foi o impacto negativo da “consolidação orçamental” e a “desvalorização interna” na própria consolidação orçamental. Um comentador reconhecia o problema: *“Vitor Gaspar já*

reconhece em público o que sabia e dizia em privado. As receitas fiscais vão ficar claramente abaixo dos valores inscritos no Orçamento do Estado para este ano, particularmente o IVA, o imposto que reflete o andamento do consumo das famílias e da procura interna do País. E, apesar do cumprimento das despesas, particularmente da despesa com pessoal, a queda da cobrança de impostos deixa um buraco que só pode ter uma de três soluções: mais medidas de austeridade, mais medidas extraordinárias ou, simplesmente, uma derrapagem do défice público" (AC, 27/6/2012). Mas, logo acrescentava: "Ainda assim, a austeridade é o preço necessário para Portugal voltar a ser um País independente, isto é, para regressar a um acesso aos mercados, que hoje lhe estão vedados. Não é, seguramente, o momento para suavizar as medidas, mas também é claro que o aumento da austeridade vai dar maus resultados. O risco de cairmos numa situação de austeridade recessiva está ao virar da esquina, nem sequer está afastado" (AC, 27/6/2012).

À medida que a situação económica e social se ia deteriorando e que na sociedade se instalava o sentimento que o FMI designa de "fadiga da austeridade", os textos iam refletindo uma cada vez maior dificuldade de enquadrar as surpresas negativas num discurso coerente de apoio ao "ajustamento estrutural": *"A economia e as finanças do País estão melhores, mas os portugueses começam a atingir o limite da sua resistência" (HG, 16/7/2012). Admitia-se mesmo que o problema não estava na capacidade de resistência dos portugueses, mas no próprio "programa de ajustamento": "Um ano depois, um milhão de desempregados, milhares de falências, colapso nos serviços públicos, quebra brutal no consumo e no investimento e êxodo sem precedentes de jovens talentos portugueses, a receita infalível para nos salvar da crise está em vias de ser bastante alterada. Se isto não é falhanço, não sei o que é falhanço" (NS, 14/7/2012).*

Em setembro 2012, os comentários pareciam ter sido afetados pelo sentimento de indignação que levaria às ruas centenas de milhares de portugueses. Falavam agora abertamente de fracasso. Um fracasso que não se sabia ao certo se era do programa, do governo, ou da troika: *"Chegará a altura em que deixaremos de perguntar de quem é a culpa e quereremos ouvir apenas um pedido de desculpa. Um sinal de arrependimento, uma confissão de erro, uma liquidação da dívida moral do País sobre o seu povo. Talvez então recomecemos a acreditar. No que nos dizem. Neles. Nos tingidos pela incompetência. Nos ungidos de espírito de missão. Nos que falham. ... O anúncio de medidas de austeridade feito pelo primeiro-ministro ao entardecer de sexta-feira,*

antes de um jogo de futebol, é uma tragédia ... O País ainda pode sair disto com sucesso, mas o governo está a fracassar. E assim aumenta impostos" (PSG, 10/9/2012); "Não está a resultar ... A troika devia olhar olhos nos olhos dos portugueses e responder a três perguntas: acredita mesmo que, com mais austeridade generalizada, a economia vai começar a crescer no segundo trimestre do próximo ano? Acredita mesmo que Portugal vai conseguir a redução brutal do défice em cada um dos próximos dois anos depois de ter falhado o deste ano? Acredita mesmo que Portugal conseguirá pagar a sua dívida pública já superior aos fatídicos 120% do PIB?"(PSG, 10/9/2012).

Turbulência (outubro 2012 – setembro 2013): espiral recessiva, bloqueio, desilusão

Depois das grandes manifestações de setembro de 2012, a perceção generalizada era a de que o consentimento público havia sido desbaratado. Havia sido desencadeada uma "espiral recessiva". Em junho de 2013, o ministro das Finanças demite-se, provocando uma crise no governo que só foi resolvida *in extremis*. A troika encena uma retirada temporária. A situação vivida era de bloqueio. Os textos transpiram desilusão.

A expressão "espiral recessiva" surge pela primeira vez em outubro de 2012: "... estamos a entrar em "espiral recessiva" (PSG, 15/10/2012). Quando o Presidente da República a retoma no seu discurso de ano novo, os comentadores retêm-na de imediato: "*Estamos, já, metidos numa espiral recessiva... O governo precisa de recuperar a confiança dos portugueses, perdida, presume-se*" (AC, 2/1/2013); "*O País está numa espiral recessiva e os portugueses já mergulharam numa espiral depressiva*" (AC, 21/2/2013); "*Agora, o receio é de que mais cortes de despesa tenham um efeito ainda pior sobre a recessão económica, alimentando aquilo a que chamamos de espiral recessiva. E agravando a pressão social*" (PSG, 14/3/2013).

A situação económica e política é descrita como de bloqueio. O governo estava paralisado, dando mostras de incapacidade. Até a troika dava sinais de fraqueza: "*O governo está bloqueado, o País está bloqueado ... O programa, dizem os seus dirigentes, foi mal desenhado*" (AC, 18/3/2013); "*Durante um ano, a imprensa andou com o governo ao colo. Outra agenda, a mesma história: enfrentar os lóbis, desafiar os interesses instalados, impor as reformas estruturais. Fez-se o acordo para a lei laboral. Impôs-se a desvalorização interna. Não foi pouco. Mas*

foi só. Em Setembro, com a TSU, tudo mudou. A política de austeridade começou a falhar, o governo mostrou-se fraco ante os mesmos interesses instalados, tem ministros ... que são membros dos lóbis que supostamente combatem... O governo está desesperado perante o fracasso do seu plano, o País olha para a frente e vê-se para trás" (PSG, 27/3/2013); "O governo bateu numa parede, pelo menos neste ciclo político. E já não conseguirá fazer muito mais" (AC, 12/6/2013).

O País resistia, o governo e a troika fraquejavam. A desilusão era profunda: *"Passos Coelho quis fazer do programa de ajustamento a via para reformar o Estado e criar instituições para uma sociedade mais moderna... Não o conseguiu porque nem tentou" (PSG, 8/4/2013); "O ímpeto reformista acabou" (AC, 14/6/2013). "Eu acreditava mesmo que com um chicote em cima de nós, não teríamos outra hipótese senão reformar o Estado e o País. É hora de dizer que, depois de ver o que vi nos últimos meses (que culminou com a paralisação do governo), enganei-me redondamente... Portugal é um país irreformável" (CL, 2/7/2013).*

Descompressão (outubro 2013 – maio 2014): esperança, oportunidade perdida, futuro

22 / 33

Em outubro de 2013, com um novo governo instalado e uma avaliação da troika que assinalava recuperação da atividade económica, os textos começam a falar de esperança. Pode ser que o pior tenha passado. De qualquer forma, o programa irá chegar ao fim sem que o necessário "ajustamento" tenha sido conseguido, ou pelo menos concluído. A oportunidade foi perdida e, em consequência, no dia seguinte ao da partida da troika, no futuro, o "ajustamento" terá de prosseguir.

Fala-se então de **esperança**: *"Há de facto uma conjuntura económica que afastou o cenário da espiral recessiva... É essa onda de confiança que temos de agarrar. Afinal, isto pode correr melhor do esperávamos" (HG, 5/12/2013); "Afinal, passados doze meses, há resultados e há esperança" (AC, 2/1/2014).*

Não obstante, o balanço geral é negativo, a **oportunidade** foi **perdida**: *"Vamos ter de esperar por outra oportunidade para a reforma do Estado... O primeiro-ministro garante que não quer cortar outra vez em rendimentos, de funcionários públicos e de pensionistas, presume-se, e fazer tudo para o evitar" (AC, 3/4/2014); "Sair de Portugal é confirmar o seu sucesso. Foi para isso que vieram: para poderem sair. Se o País fica melhor ou pior já é assunto de quem cá fica. Eles fizeram o seu trabalho.*

O governo não. As reformas estruturais foram tão pouco reformas e tão pouco estruturais... A oportunidade foi perdida" (PSG, 3/5/2014).

A implicação de se haver perdido a oportunidade transparece, agora, como evidente. No dia seguinte ao da saída da troika, nada de substancial muda. No futuro, o "ajustamento" vai ter de continuar: *"Amanhã o País sabe-se livre da troika e preso à austeridade ... Porque isto não acaba aqui. Antes acabasse"* (PSG, 3/5/2014); *"Não tenhamos ilusões. O futuro não vai ser mais fácil. Anunciar amanhã que cantam, quando ainda temos de estar preparados para tempestades, é vender sonhos que se podem transformar em pesadelos"* (HG, 5/5/2014); *"A despesa do Estado continua a ser um problema. A nossa economia não tem um problema de receitas, mas sim de custos. E de dívida. E um problema enorme de sustentabilidade. Sustentável em Portugal só há uma coisa, a estupidez"* (JVP, 3/5/2014).

Notas conclusivas

Não é possível retirar sentido do milhão e duzentas mil palavras do conjunto de textos passados em revista sem exercer sobre eles alguma violência. A tabela 1 condensa-as num quadro de dupla entrada que procura dar conta das dimensões sincrónica e diacrónica da narrativa. Esse quadro resume uma história simples e familiar que se pode escrever num parágrafo:

Gastamos acima das nossas possibilidades. Endividámo-nos. Agora, os credores exigem-nos poupança, cortes na despesa. Não vale a pena acusá-los a eles. Resistir-lhes. Precisamos deles. Temos de obedecer. De resto, tudo o que nos é pedido resultará no nosso bem. Se a terapia que nos é ditada pelos credores nos está a empobrecer, fazendo com seja mais difícil para nós pagar as dívidas, então isso significa que o remédio não está a ser administrado como devia. Mas no final, a economia está a recuperar. Como o tratamento não foi bem aplicado não tenhamos ilusões, “isto” não acaba aqui.

24 / 33

Tabela 1
Caracterização da evolução da narrativa

Vagas	Principais temas		
Prólogo janeiro 2010 – abril 2011	Culpa Gastamos acima das nossas possibilidades. Temos de cortar. Não vale a pena culpar outros.	Inevitabilidade Os mercados exigem e “nós” temos de cumprir. Não há alternativa.	Sacrifício Teremos de empobrecer. O empobrecimento é redentor.
Pressões crescentes maio 2011 – setembro 2012	Oportunidade O ajustamento é uma oportunidade de modernização do País.	Surpresa A recessão e o desemprego são surpreendentes. Mas estão inscritas na lógica do ajustamento e não podem ser evitadas.	Fracasso A receita está a falhar, mas o principal problema é falta de coragem do governo.
Turbulência outubro 2012 – setembro 2013	Espiral recessiva Mais austeridade pode agravar a recessão e afetar o défice orçamental.	Bloqueio O governo está bloqueado, até a troika está bloqueada, o País está bloqueado.	Desilusão O ajustamento servia para reformar o Estado. Isto não foi conseguido, porque nem sequer foi tentado.
Descompressão outubro 2013 – maio 2014	Esperança A espiral recessiva foi evitada. Há sinais de retoma.	Oportunidade perdida Mas a oportunidade para reformar o Estado e as instituições e para modernizar a economia foi perdida.	Futuro No futuro temos de cortar mais fundo. Não há alternativa.

Esta narrativa simples esteve sujeita a tensões, mas foi eficaz na produção de consentimento para o “programa de ajustamento”. Foi eficaz porque é simples, porque apela ao senso comum da economia doméstica e porque mobiliza sentimentos enraizados numa cultura religiosa de culpa, sacrifício e redenção.

Da posição de vantagem que confere o distanciamento, é difícil – será difícil mesmo para os seus autores – sustentar, pelo menos nos mesmos termos, muito do que ficou escrito. Mas as palavras não podem ser reescritas. Contrariamente ao que acontecia na distopia de Orwell quem controla o presente tem dificuldade em controlar o passado. Isso dá-nos a todos a possibilidade de revisitar o passado precisamente para que se mantenha em aberto mais do que um cenário de futuro.

O que se pode aprender com relevância para o presente e o futuro com um regresso a textos “datados” que não podem ser modificados?

A copresença de variância (diacrónica) e de coordenação (sincrónica) nos textos analisados, requer consideração. Será a variância de opinião consequência de um genuíno processo de aprendizagem conducente a uma reavaliação de preposições “nucleares” dos autores dos textos? Ou será antes o que nos termos de Lakatos (1987) consistiria em modificações *ad hoc* do “cinto protetor” dessas preposições nucleares, destinadas a protege-las de “factos” perturbadores⁷. Será a coordenação (sincrónica) o resultado de um processo espontâneo, ou de alguma forma fabricada?

Começando pela variância de opinião, devemos notar, em primeiro lugar, que proposições aparentemente tão definitivas como “a austeridade não está a resultar” produzidas no calor das pressões crescentes ou do turbilhão, tendem invariavelmente a ser qualificadas com uma enumeração de causas explicativas do fracasso da austeridade que tendem a proteger o programa, ou pelo menos a sua lógica fundadora da “falsificação” pela experiência. A austeridade não estaria a resultar porque o governo haveria adotado o caminho fácil de aumentos de impostos e não de compressão da despesa. A austeridade não estaria a resultar e o desemprego estaria a aumentar porque o mercado de trabalho continuava a ser demasiado rígido. A austeridade não estava a

⁷ Em antecipação da crítica plausível de que a evocação de Lakatos neste contexto envolve um contrabando indevido de noções da Filosofia da Ciência para o domínio da análise social, recordamos que o próprio Lakatos se inspirou enquanto filósofo da ciência na sua experiência de militante comunista na Hungria do pós-guerra, até 1956, onde experimentou a resiliência da “linha do partido” a (quase) todos acontecimentos perturbadores.

funcionar porque a reforma do Estado não avançava. A austeridade não estava a resultar porque a resistência de sectores particulares da sociedade estava a ser bem-sucedida. A austeridade não estava a funcionar porque as decisões do Tribunal Constitucional se sobrepunham aos imperativos de reforma.

Estas qualificações são reveladoras de um conjunto de pressuposições nucleares do sistema de crenças da maioria dos autores analisados: o Estado é excessivamente grande, a rigidez do mercado de trabalho prejudica a competitividade e o emprego, a concorrência e a iniciativa privada deve prevalecer em (quase) todos os domínios de provisão, o Estado Social é insustentável. Estas crenças nucleares nunca são questionadas, nem desafiadas, e menos ainda substituídas. O problema, portanto, não decorre de um “programa de ajustamento” que tinha como alvo a despesa pública, a rigidez do mercado de trabalho, a exclusão de alguns domínios de provisão do domínio mercado (nomeadamente a educação, a saúde e o sistema de pensões). O problema era o fracasso na implementação das reformas, ou quando muito a calibração do programa original.

O tom crítico, por vezes estridente, usado contra algumas consequências do ajustamento, numa interpretação contextual dos textos, surge então como um dispositivo retórico que procura ao mesmo tempo preservar os laços de empatia com “o público”, defletir a indignação de alvos nucleares e promover os “verdadeiros” objetivos do ajustamento.

Já quanto à coordenação de opinião, é preciso notar, em primeiro lugar, que uma das potenciais explicações para este tipo de processo de convergência é a dada por um dos autores incluídos no painel: *“O comportamento de rebanho é uma das teorias mais demonstradas da economia. Ele revela que gestores, agentes económicos, políticos e banqueiros seguem as modas uns dos outros. E que normalmente é isso que leva toda a gente ao fundo no fundo...”*(PSG, 28/7/2011).

Embora o autor citado tenha omitido os jornalistas económicos entre o tipo de agentes propensos ao comportamento de manada, a possibilidade de um processo espontâneo de coordenação envolvendo também jornalistas existe e não deve ser excluída.

Mesmo um processo espontâneo de coordenação requer “pontos focais”. Qual a origem desses pontos focais? O facto dos governos, partidos políticos, grandes empresas e organizações privadas, e mesmo instituições internacionais, como as da União Europeia, o FMI e até a

troika, recorrerem por norma aos serviços de agências de comunicação, em que investem somas avultadas, incluïrem nos seus quadros profissionais especializados na relação com a comunicação social ou a realização regular de *briefings informais com jornalistas, editores ou diretores de órgãos de comunicação social*, dá-nos pistas, mas não mais do que isso, quanto à possível origem dos “pontos focais” e quanto a mecanismos “invisíveis” de coordenação. Para elucidar, isto é, para tornar visíveis estes mecanismos seria necessário uma investigação cuidada acerca do modo de produção de informação atualmente predominante que inclua não só os modos de gestão da informação por parte de poderes políticos e económicos, o papel dos diferentes *media*, assim como as condições de trabalho dos jornalistas.

Concluïmos com uma nota sobre as implicações práticas desta análise de textos de jornalistas económicos que nos transporta a um dos economistas – Albert Hirschman – que, no século XX, mais contribuiu para chamar a atenção dos seus pares para a importância da retórica.

Ao escrever um pequeno livro dedicado à “Retórica da Reação”, Hirschman (1991), tinha como principal preocupação contrariar “a separação... de grandes grupos [sociais] uns dos outros” (Hirschman, 1991: X) e favorecer a comunicação, o debate público e a deliberação democrática. “O discurso público – escreveu – “[deve deslocar-se] para além de posições extremas, intransigentes de qualquer tipo, na esperança de que no processo os nossos debates se tornem “amigos da democracia”” (Hirschman, 1991: 168).

A democracia, como Hirschman a entendia, era, ou devia ser, uma democracia deliberativa “que realiza a legitimidade na medida em que as suas decisões resultam de deliberações plenas e abertas entre os principais grupos, corpos e representantes”. Por deliberação, Hirschman entendia, “um processo de formação de opinião em que: os participantes não devem partir de opiniões completas e definitivamente formadas; em que se espera que eles se envolvam em discussão genuína, o que significa que devem estar prontos a modificar opiniões inicialmente sustentadas, à luz de argumentos de outros participantes assim como de nova informação tornada disponível no decurso do debate” (Hirschman, 1991: 169).

Da leitura dos textos resulta que, em Portugal, antes e depois da intervenção da troika, o modo de implicação dos *media* e dos “fazedores de opinião” económica, ficou por certo aquém do ideal de democracia de Hirschman. O jornalismo económico e a maioria dos jornalistas

económicos estiveram muito longe de se envolverem nos debates sem “opiniões completas e definitivamente formadas”, ou dispostos “a modificar opiniões inicialmente sustentadas à luz de argumentos de outros participantes”. Mais do que isso, são vulneráveis à crítica de sistematicamente ocultarem – sob uma aparência de “objetividade” e tecnicidade – as suas premissas valorativas e as suas preferências políticas. O espaço do comentário económico, na generalidade, ficou aquém de um requisito básico da democracia deliberativa: ser um espaço para a expressão de narrativas rivais. Isso conflitua com o ideal de um regime democrático avançado que é largamente partilhado na sociedade portuguesa. Conflitua também com o *ethos* do jornalismo e dos jornalistas.

Contudo, as práticas do jornalismo não são determinadas apenas por ideais políticos ou pelo *ethos* da profissão. As práticas são condicionadas pelo contexto institucional em que os jornalistas operam.

Interpretar os textos de “fazedores de opinião económica” como uma expressão direta dos interesses de “quem é proprietário dos jornais”, não reconhecendo a autonomia e a responsabilidade de diretores, editores e jornalistas individuais, seria certamente excessivo e ofensivo para os jornalistas em geral. Para compreender as práticas do jornalismo é, de facto, preciso ter em consideração o contexto em que os jornalistas operam e o modo como esse contexto condiciona as suas práticas. Os jornalistas são selecionados e avaliados. Eles, como todos nós, assumem riscos no dia-a-dia, tendo de enfrentar o dilema, referido por Keynes, de escolher entre ter razão contra o que parece ser a multidão, ou estar errado de acordo com “a manada”. Por certo, resolvem muitas vezes o dilema da forma convencional escolhendo a opinião da multidão. O problema é que, da solução convencional, pode decorrer a tragédia que “leva toda a gente ao fundo no final”. “O fundo” neste caso é, ou a perda de credibilidade do jornalismo, ou uma democracia desprovida de um espaço público plural em que a deliberação dá lugar a “um diálogo de surdos” (Hirschman, 1991: 169).

Referências

Blanchard, Olivier (2015), "Blanchard: Looking Forward, Looking Back", IMF Survey. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/survey/so/2015/RES083115A.htm>

Bofinger, Peter (2015), "German wage moderation and the EZ Crisis", VOX, CEPR's Policy Portal. Disponível em: <http://www.voxeu.org/article/german-wage-moderation-and-ez-crisis>

Blyth, Mark (2007), "Powering, Puzzling, or Persuading? The Mechanisms of Building Institutional Orders", *International Studies Quarterly*, 51, pp. 761 – 777.

CEPRE (2015), "Rebooting the Eurozone: Step I – agreeing a crisis narrative", Policy Insight No. 85. Disponível em: <http://www.voxeu.org/sites/default/files/file/Policy%20Insight%2085.pdf>

Dow, Sheila (2014), "The Role of Belief in the Debate over Austerity Policies", *Post Keynesian Economics Study Group, WP 1409*. Disponível em: <http://www.postkeynesian.net/downloads/working-papers/PKWP1409.pdf>

FMI (2011), "Portugal: Second Review Under the Extended Arrangement", IMF Country Report No. 11/363. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2011/cr11363.pdf>

FMI (2012a), "Portugal: Third Review Under the Extended Arrangement", IMF Country Report No. 12/77. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2012/cr1277.pdf>

FMI (2012b), "Portugal: Fourth Review Under the Extended Arrangement", IMF Country Report No. 12/179. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2012/cr12179.pdf>.

FMI (2013a), "Reassessing the Role and modalities of Fiscal policy in Advanced Economies", IMF Policy Paper. Disponível em <https://www.imf.org/external/np/pp/eng/2013/072113.pdf>

FMI (2013b), "Portugal: Fifth Review Under the Extended Arrangement", IMF Country Report No. 12/292. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2012/cr12292.pdf>

FMI (2013c), "Portugal: 2012 Article IV Consultation an Sixth Review Under the Extended Arrangement and Request for Waivers of Applicability of End-December Performance Criteria – Staff Reports",

IMF Country Report No. 13/18. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2013/cr1318.pdf>

FMI (2013d), "Eighth and Ninth Reviews Under the Extended Arrangement and Request for Waivers of Applicability of End-September Performance Criteria", IMF Country Report No. 13/324. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2013/cr13324.pdf>.

FMI (2014a), "Tenth Review Under the Extended Arrangement and Request for Modification of End-December Performance Criteria – Staff Report", IMF Country Report No. 14/56. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2014/cr1456.pdf>.

FMI (2014b), "Eleventh Review Under the Extended Arrangement and Request for Extension of the Arrangement and waivers of Applicability of End-March Performance Criteria", IMF Country Report No. 14/102. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2014/cr14102.pdf>.

FMI (2015), "Crisis Program Review", *IMF Policy Paper*. Disponível em: <https://www.imf.org/external/np/pp/eng/2015/110915.pdf>

Gaspar, Vitor (2013), "Carta de Demissão". Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/151104381/Carta-de-01-07-2013>

Hirshman, Albert O. (1991), *The Rhetoric of Reaction: Perversity, Futility, Jeopardy*, Cambridge MA: The Belknap Press of Harvard University Press.

Jessop, Bob (2012), "Narratives of Crisis and Crisis Response: Perspectives from North and South", in P. Utting, and R. V. Buchholz, eds, *The Global Crisis and Transformative Change*, Basingstoke: Palgrave Macmillan, 23-42.

Jones, Erik (2009), "They Have No Idea... Decision-making and Policy Change in the Global Financial Crisis", *LSE 'Europe in Question' Discussion Papers Series No. 04/2009*. Disponível em: <http://www.lse.ac.uk/europeanInstitute/LEQS%20Discussion%20Paper%20Series/LEQSPaper4.pdf>

Lakatos, Imre (1978), *The Methodology of Scientific Research Programs: Philosophical Papers*, Vol, 1. Cambridge: Cambridge University Press.

Shiller, Robert (2012), "Economic forecasting can't cope with changing narrative of crisis", *The Guardian*, 21 de setembro 2012. Disponível em: <http://www.theguardian.com/business/economics-blog/2012/sep/21/economic-forecasting-changing-narrative-crisis>

Storm, Servaas (2016), “German Wage Moderation and the Eurozone Crisis: A Critical Analysis”, Institute for New Economic Thinking. Disponível em: <http://ineteconomics.org/ideas-papers/blog/german-wage-moderation-and-the-eurozone-crisis-a-critical-analysis>

Observatório sobre Crises e Alternativas

CES Lisboa
Picoas Plaza
Rua do Viriato, 13, Lj 117 / 118
1050-227 Lisboa

Tel. +351 216 012 848
Fax. +351 239 855 589

observatoriocrises@ces.uc.pt
www.ces.uc.pt/observatorios/crisalt